

Considerações sobre o domínio das letras nas Minas setecentistas

Considerations on the control of literary production in eighteenth century Minas Gerais

*Álvaro de Araujo Antunes**

Abstract

This article discusses the control of literature in eighteenth-century Minas Gerais in the context of sources on this subject. A variety of documents emphasize the affinity, the preeminence and the predominance of the inhabitants of Alterosas on reading and writing exercises.

Keywords: reading and written exercises; Minas Gerais, eighteenth century

Resumo

O presente artigo tece considerações acerca do domínio das letras em Minas Gerais, no século XVIII, à luz de trabalhos que tratam do tema e de uma documentação que apresenta os níveis diferenciados de afinidade que alguns habitantes das Alterosas possuíam para com a prática da leitura e da escrita.

Palavras-chave: Práticas de Leitura e Escrita, Minas Gerais, Século XVIII

Introdução

Com frequência o nome de Gutenberg é lembrado, não sem um certo eurocentrismo, como responsável por "revolucionar" a imprensa. Considerado criador da prensa de tipos móveis, ainda que estes já fossem usados na Ásia, Gutenberg apresentou uma inovação à Europa quatrocentista que dinamizou a produção de impressos e modificou, de fato, as relações com o conhecimento escrito.¹ O leitor, por um lado, encontrou-se na con-

* Mestre em História pela UFMG, e-mail: aantunes.bhz@terra.com.br

¹ Cf. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Brandão et al. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994. p.457. e CHARTIER, Roger. *As revoluções da leitura no ocidente*. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.p.24.

dição de explorar textos novos e, de outro, deparou-se com “uma memória coletiva enorme, cuja matéria não [era] mais capaz de fixar integralmente”.²

Na seqüência dos eventos, o século XVIII presenciou a ampliação dos domínios da imprensa que, então, logrou um crescimento de produção (livros, jornais, livretos) e de um mercado consumidor (sociedades de leitura, bibliotecas de empréstimos, grupos de letrados). Não por menos o século XVIII foi considerado por Roger Chartier como marco da assim chamada “segunda revolução da leitura”.³ Uma revolução que era tributária da imprensa, mas que ocorreu no âmbito da leitura.

Ressaltando esse aspecto, Chartier não se detém unicamente sobre a produção das prensas e busca outras paragens, no consumo, no ato da leitura. Trata-se, portanto, não apenas de uma revolução da imprensa, mas de uma revolução da leitura. Uma revolução da qual ainda pouco conhecemos de seus protagonistas, os leitores.

Para os setecentos, acredita-se que o número de leitores era relativamente pequeno. É claro que havia formas alternativas para acessar a “memória escrita”, tais como a oralização do texto ou a contemplação das imagens.⁴ Contudo, tais alternativas não obliteravam a diferenciação qualitativa que existia entre aqueles que tinham o domínio das letras e os que dependiam, por exemplo, de um mediador para tomar contato com o conhecimento escrito. O sentido de um texto é constituído no ato da leitura e, portanto, sofre a interferência da maneira como a relação com o escrito se dá.

Assim, mais que frisar a expansão dos domínios da imprensa, faz-se necessário voltar-se para o leitor, buscar conhecê-lo, questionar sobre o conhecimento que possuía da escrita e da leitura, interrogar sobre a relação entre este domínio das letras e as condições sociais.

Para as Minas Gerais, alguns trabalhos apresentaram dados significativos que contribuíram para esquadrihar a difusão das letras. Com o mesmo intuito, o presente artigo retoma esses estudos e, à luz de uma documentação ainda pouco explorada, tece algumas considerações sobre o domínio das letras nas Minas setecentistas, atentando para as formas distintas, e muitas vezes limitadas, de relação com as letras. Variações que se encontravam atreladas às condições sociais e às relações de poder da sociedade geralista, na qual a simples posse de livros, por exemplo, era privilégio de uma minoria.

² LE GOFF. *História e memória*. p.457.

³ CHARTIER. *As revoluções da leitura no ocidente*. p.24.

⁴ HANSEN, João Adolfo. *Leituras coloniais*. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história da leitura*. p. 170.

Livros

De um modo geral, a historiografia vem apontando para a escassez de livros nos primeiros séculos de colonização portuguesa na América.⁵ Para alguns estudiosos, os habitantes da Colônia encontravam-se praticamente alijados da cultura e da memória impressa. Carlos Rizzini, por exemplo, chegou mesmo a afirmar, com um certo exagero, que “não havia o que se ler na Colônia”.⁶ Outros, usando de cautela, preferiram levar em consideração os poucos livros que circulavam pela América Portuguesa nos primeiros séculos de colonização. Para eles, as bibliotecas não eram desprezíveis, muito embora fossem raras e tivessem uma composição um tanto quanto limitada às “obras de devoção”: catecismos, resumos de história santa, exercícios espirituais e manuais religiosos.⁷

No que se refere a quantidade e a variedade de livros em circulação, o século XVIII, em especial na sua segunda metade, apresentou-se como um diferencial no panorama esboçado para os primórdios da colonização. Embora as obras de devoção ainda predominassem, as obras ditas “profanas” – os livros de ciências naturais, matemática, medicina, direito civil etc. – apresentaram um crescimento substancial na composição das bibliotecas ou, para usar um termo de época, das livrarias. A variação foi ocasionada, entre outros fatores, pelo aumento dos advogados, cirurgiões e eclesiásticos, que amparavam a profissão e as convicções pessoais com livros nem sempre sacros, nem sempre lícitos.

No século XVIII, se comparado aos séculos precedentes, os livros circularam pela Colônia em maior profusão e variedade. Todavia, estes livros se restringiam a um segmento muito específico e diminuto da população. Concentravam-se nas mãos dos letrados: conhecedores da linguagem escrita, proprietários de consideráveis bibliotecas particulares e reconhecidos socialmente por suas qualidades intelectuais.⁸

⁵ “Com base em documentos factuais, o Brasil leitor começa, na verdade, no século XVII”, afirmou Jorge de Souza Araújo. (ARAÚJO, Jorge de Souza. Perfil do leitor colonial. *Artes e literatura: Revista de Cultura e Vozes*, Petrópolis, n.4, p.439-457, jul/ago. 1989, p.450.) Para a Capitania de São Paulo, no período de 1578 a 1700, Alcântara Machado contabilizou quinze inventários nos quais havia livros. Essas bibliotecas eram singelas. Nas palavras do autor: “biblioteca é palavra muito grande para coisa pequenina”. (MACHADO, Alcântara José de. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins Fontes, 1972, p.93.)

⁴ RIZZINI Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: com um breve estudo geral sobre a informação: 1500-1822*. São Paulo: Imesp, 1988, p.228.

⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello. (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.361. Ver ainda Mark L Grover que trata das bibliotecas jesuítas, dentre as quais a do colégio da Bahia que, em 1694, possuía 3.000 volumes. GROVER, Mark L. “The book and the conquest: jesuit libraries in Colonial Brazil”. *Libraries and Culture*, 28(3), Austin, 1993, p. 271-273.

⁸ Existem vários sentidos para o termo “letrado”, mas que, no geral, referem-se a uma qualidade

Não existe nenhum estudo que estabeleça uma relação percentual entre número de livrarias e o número de habitantes da Colônia. Contudo, a hipótese de que a posse de livros se restringia a uma pequena e seleta parcela da sociedade colonial setecentista é de todo plausível, como vem demonstrando alguns trabalhos que tratam de determinadas regiões da América Portuguesa. Ademais, sabemos que, para Portugal, Antônio Camões Gouveia deduziu a média de uma biblioteca para cada mil habitantes.⁹ De modo que podemos considerar que a distribuição de livros no Brasil fosse ainda menor que em Portugal, ou tão igual quanto.

No tocante às Minas, algumas análises de inventários *post-mortem* vem ratificando a idéia de uma concentração da posse de livros. De acordo com Júnia Ferreira Furtado, no Tejuco, em fins dos setecentos e início dos oitocentos, foram encontrados livros em catorze (21,2%) dos sessenta e seis inventários pesquisados. Vale salientar que entre os proprietários de livrarias estavam padres e funcionários graduados, em geral, portugueses e todos eles brancos.¹⁰ Em Vila Rica, para a segunda metade dos setecentos, um estudo recente constatou a existência de livros em doze de um total de cento e cinquenta e oito inventários, ou seja, em 7,59% dos inventários investigados.¹¹ Já em Mariana, Luiz Carlos Villalta, em sua pesquisa de doutorado, investigou novecentos e onze inventários do primeiro ofício, para um período que vai de 1714 a 1822, e constatou a presença de livros em setenta e seis deles, o que corresponde a 8,34%.¹² Dos proprietários de livros, setenta e um eram brancos, um era negro e forro, outro era mulato e livre e os três demais não tiveram a cor e condição especificada. Tais números indicam uma certa disparidade na posse de livros relativa à condição social, mas não se traduz em um monopólio de um determinado extrato social.

Nesse sentido, tem-se um dado significativo apresentado por Luiz Carlos Villalta: apenas uma terça parte dos cento e vinte oito inventários de padres de Mariana apresentava registros de livros.¹³

intelectual. Segundo José Pedro Machado o termo letrado é de origem latina e significa: "marcado por letras, assinalado com caracteres; instruído, letrado; relativo às letras, sábio; substantivamente, interprete de poetas, crítico[...]" (MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*: com a mais antiga documentação escrita conhecida de muitos dos vocábulos estudados. [s/l] Editorial Confluência, 1952. p.1325.)

⁹ GOUVEIA, Antônio Camões. Estratégias de interiorização da disciplina. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v.4. p.422.

¹⁰ FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo. ANNABLUME, 1996. p.54.

¹¹ Esta pesquisa, feita com os inventários do primeiro ofício, vem sendo desenvolvida por Thábita de Araújo Alvarenga e servirá para a confecção de sua dissertação de mestrado.

¹² VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Latina*. São Paulo: Departamento de História da USP, 1999. (Tese, Doutorado em História) p.355-356.

¹³ VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos nas Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.8, n.1/2, p.19-52. jan./dez., 1995. p.21.

interessante notar que essa defasagem percebida pelo autor era in-
tima ao grupo de clérigos que, deduz-se, eram de boa condição
social e detinham o conhecimento da língua escrita, mas nem por
isso possuíam livros. Ou seja, os livros não se restringiam aos alfabe-
zados em geral, mas sim a uma fração mais refinada de letrados que
possuía condições de adquiri-los. Eram amantes das letras que che-
gavam a formar consideráveis bibliotecas, para suprir necessidades
do ofício ou pelo puro deleite da leitura descompromissada.

As maiores bibliotecas pertenciam a membros de um grupo
seleto de letrados que, normalmente, serviam nos cargos administra-
tivos da Igreja ou da Coroa. No Serro, em fins dos setecentos, a maior
biblioteca registrada, com cento e quarenta obras e cerca de trezentos e
sessenta tomos, pertencia a um guarda-livros de nome Manoel Pires
e Figueiredo.¹⁴ No mesmo período, em Mariana, temos a notável e
antiga livraria do Bispo Domingos da Encarnação Pontével, com mil
e sessenta e seis volumes e quatrocentos e doze títulos.¹⁵ Não exis-
tem estudos publicados sobre as livrarias de Vila Rica, mas, em com-
pensação, vários são os trabalhos que mencionam os livros que foram
equilibrados dos conjurados de fins do século XVIII. Entre eles, a
biblioteca do Cônego Vieira foi a maior e mais bem estudada pela
historiografia, sem, contudo, haver um consenso quanto ao número
exato de títulos e volumes que a formava.¹⁶ Diferenças à parte, é
atente que as maiores livrarias de Minas concentravam-se nas mãos
de uma parcela dos letrados. “Le livre [...] s’affirme instrument de pouvoir,
objet de culte et moyen d’un mode de vie”.¹⁷

Além de proprietários de consideráveis livrarias, esses letrados
possuíam um conhecimento que os distinguia em meio à sociedade.
Esse grupo de cultura refinada era acompanhado pelos olhares respei-
tosos dos demais membros da sociedade que os cumprimentavam com
os epítetos enaltecidos de sua qualidade intelectual. Eram eles “os
ruditos”, “os sábios”, “os grandes oradores”, “os principais”, “os mes-
sires”... Em seu livro *Breve Descrição Geográfica, Física e Política da
Capitania de Minas Gerais*, Diogo de Vasconcelos lembra de seu
avô falecido como “um dos grandes gênios da capitania”.¹⁸ Vasconce-

¹⁴ FLURTADO. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da Real Extração*. p.54.

¹⁵ VILLALTA. *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. p.364.

¹⁶ CIARAÚJO, Emanuel. *Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.p.312; VILLALTA, Luiz Carlos. *O Diabo na livraria dos inconfluentes*. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.372. VILLALTA. *Os clérigos nas Minas Gerais na segunda metade do século XVIII*. p.24; e FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na livraria do Cônego; como era Gonzaga?*, e outros temas mineiros. 2 ed. São Paulo: Itatiaia: Universidade de São Paulo, 1981.p.24.

¹⁷ ROCHE, Daniel. *Les republicains des lettres: gens de culture et lumières au XVIII^e siècle*. França: Fayard, 1988. p.102.

¹⁸ VASCONCELOS, Diogo L. A. P. de. *História média de Minas Gerais*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.p.163.

los se referia ao Dr. José Pereira Ribeiro, bacharel em leis, poeta e dono de uma das maiores bibliotecas de Mariana, com duzentos e quatro títulos e quatrocentos e setenta e cinco volumes dos mais variados gêneros. Enaltecido por seus dotes e dono de uma considerável livraria, o Dr. José Pereira Ribeiro tinha efetivo domínio sobre a linguagem escrita e os predicados de um perfeito letrado.¹⁹

O domínio das letras

Antes de mais nada, é necessário observar que existem níveis diferenciados de conhecimento em relação à escrita. Para o século XVIII, especialmente para sua segunda metade, aquele que sabia assinar o próprio nome era considerado alfabetizado o que, contudo, não implicava em um efetivo domínio da linguagem escrita. Este conhecimento limitado dificultava o acesso ao conhecimento que encontrava-se grafado, mas não o impedia de forma absoluta. Àqueles que não possuíam domínio sobre as letras se apresentavam formas alternativas de apreensão da “memória escrita”, como, por exemplo, a oralização do texto.²⁰ Obviamente, essas eram alternativas anódinas, que apenas remediavam a falta do domínio das letras, mas não eliminavam a distância que separava os que tinham o domínio das letras dos apartados das mesmas.²¹ Os primeiros, mais facilmente podiam tomar contato com o saber escrito e tirar vantagens desse conhecimento, enquanto que os outros dependiam de subterfúgios.²²

Não existem estudos quantitativos que apresentem um índice de difusão das letras para toda a Minas Gerais setecentistas. No entanto, alguns trabalhos voltados para determinadas localidades das

¹⁹ A relação do Dr. José Pereira Ribeiro com sua livraria, enquanto proprietário e leitor, foi um dos assuntos de minha dissertação de Mestrado que teve por tema o *universo relacional* deste advogado. (ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces; o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. Belo Horizonte: Departamento de História da UFMG, 1999. (Dissertação, Mestrado em História)).

²⁰ Conforme observou Bourdieu, seguindo a Certeau, a palavra leitura pode ser aplicada a toda forma de consumo cultural. Como exemplo, tem-se a apreciação das pinturas nos forros das igrejas coloniais, onde se encontravam representadas cenas da Bíblia ou histórias das vidas de santos, servindo de um imenso livro para o deleite dos olhos ignorantes da linguagem escrita. (BOURDIEU, Pierre, CHARTIER, Roger. A leitura uma prática cultural. In: CHARTIER. *Práticas de leitura*. p.231 e CERTEAU. *A Invenção do cotidiano*. p.262.

²¹ LE GOFF. *Memória e história*. p.433.

²² Segundo Villalta, “a leitura oral, pública e privada, proliferou na medida em que reinava o analfabetismo. A oralidade e a publicidade da leitura, embora comuns entre os letrados representavam sobretudo uma alternativa para os analfabetos”. Sobre o domínio que os analfabetos possuíam de uma cultura escrita, István Jancsó faz menção a um caso curioso de um alfaiate pardo, de nome Manuel Faustino dos Santos Lira, que, apesar de analfabeto, sabia de cor um poema de Francisco Muniz Barreto de Aragão, difundido em manuscritos para propagandear ideais incendiários da Conjuração Baiana. (VILLALTA. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. p.374. e JANCÓSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1. p.416.)

Minas oferecem alguns dados pontuais. Para Vila Rica e Mariana, tem-se, entre outros, os apontamentos de Luiz Carlos Villalta, Renato Pinto Venâncio e Marco Antônio da Silveira.

Em um artigo ainda inédito, Renato Pinto Venâncio empreendeu uma análise dos níveis de alfabetização, "tendo em vista a relação deste fenômeno com os movimentos migratórios". Para tanto, tomou como recorte espacial a cidade de Mariana, no século XVIII, e como fontes os livros de ingressos de algumas irmandades leigas e o livro paroquial de Casamento da Catedral Sé. Partindo dos livros de ingresso, o autor estabeleceu índices de assinaturas para as irmandades pesquisadas. As confrarias do Santíssimo Sacramento de Catas Altas e Barão de Cocais, freguesias de Mariana, apresentaram um índice altíssimo de subscrições, cerca de 80,5%. Diga-se de passagem, tratavam-se de confrarias formadas por homens brancos de boa condição social.²³

Para o período que vai de fins dos setecentos às primeiras décadas do oitocentos, Luiz Carlos Villalta pesquisou cento e sessenta e três inventários de Mariana e contabilizou o número de inventariantes que assinaram seus respectivos nomes, apurando um índice de assinaturas da ordem de 63,2%.²⁴ Um número alto de assinaturas que se aproxima ao apresentado por Marco Antonio Silveira na investigação das devassas de Vila Rica e freguesias.

Nas devassas feitas em Vila Rica, entre 1750 e 1769, Marco Antonio Silveira constatou que a porcentagem de pessoas que assinaram os testemunhos foi de 86,4% das duzentos e seis testemunhas residentes em Vila Rica, e 64,5% das cento e vinte uma testemunhas que moravam nas freguesias.²⁵ Frente aos altos percentuais de assinaturas, Silveira conjecturou: "o acesso ao aprendizado das letras parece ter sido amplo".²⁶

Tal sugestão merece um comentário quanto às condições sociais dos depoentes, que, de certa forma, foi observado pelos demais autores. Como o próprio Silveira revelou, os depoentes eram, em sua maioria, homens livres e brancos que, muito provavelmente, tinham condições de se dedicarem ao aprendizado da escrita e da leitura.²⁷ Seguramente, os percentuais indicariam uma menor difusão do conhecimento das letras se os depoentes não fossem pessoas de razoável condição social. Se os escravos, que compunham a maior parcela da população, servissem de testemunhas, o que era muito pouco usual, a porcentagem de assinaturas, seguramente, seria inferior à

²³ VENÂNCIO, Renato Pinto. "Migração e Alfabetização em Mariana Colonial. In. CASTILHO, Ataliba T.(org.). *O Português no Brasil*. 2 vol. São Paulo: Humanitas. (no prelo)

²⁴ VILLALTA, O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. p.356.

²⁵ SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. São Paulo: Hucitec, 1997. p.87.

²⁶ SILVEIRA. *O universo do indistinto*. p.96.

²⁷ SILVEIRA. *O universo do indistinto*. p.88.

encontrada por Silveira.²⁸ Mesmo porque os índices de assinaturas no Brasil, considerado o enorme contingente dos negros escravos e forros, não eram superiores ao percentual de 40% encontrado na região do Porto, em Portugal, entre os anos de 1750 e 1820.²⁹

Apesar das semelhanças quanto aos percentuais, os historiadores diferenciam-se ao conferir importâncias distintas às subscrições que quantificaram em suas pesquisas. Villalta, com prudência, não inferiu da capacidade de assinar o nome a certeza da capacidade de ler por parte do assinante, uma vez que ler e escrever eram atividades que podiam estar dissociadas uma da outra. Algumas pessoas poderiam saber ler e não dominar a prática da escrita, ou, ao contrário, saber escrever e desconhecer a leitura.³⁰ Ao mesmo tempo, há de se considerar que a capacidade de assinar o nome poderia ser o nível máximo de instrução de um indivíduo no campo das letras. Renato Pinto Venâncio observou tais nuances, distinguindo aqueles que assinaram daqueles que “desenharam” o próprio nome. Silveira, por sua vez, identificou nas assinaturas a capacidade de ler e escrever, pois, “nos próprios processos, o escrivão advertia que o depoente deixava de assinar ou assinava com uma cruz ‘por não saber ler e escrever’”.³¹

Embora a assinatura fosse considerada, no século XVIII, como prova de alfabetização, os altos índices de subscrições não representavam uma ampla difusão do ensino e, muito menos, do conhecimento da escrita e da leitura. Existe uma larga distância entre manejar um punhado de letras e conferir sentido aos impressos e manuscritos. Como exemplo disso, tem-se a declaração do carpinteiro e pardo Caetano Pinto Motta, que testemunhou em uma ação judicial para apurar a autoria de uns pasquins afixados em Calambau, distrito de Mariana, contra o Sargento-mor Manoel Caetano Lopes de Oliveira. Quando perguntado se reconhecia a letra da pessoa suspeita de ser a autora dos pasquins, o carpinteiro Caetano P. Motta respondeu que não, “por saber ler, e escrever muito mal”. Sofriavelmente, Caetano Motta “desenhou” seu nome nos autos, dando claras mostras de seu precário domínio das letras.³²

²⁸ Ressalta Bourdieu, que o aprendizado da leitura depende de “condições sociais de possibilidade das situações em que se lê (e imediatamente se percebe que um dessas condições é a *scholè*, a forma escolar do ócio, ou seja, o tempo de ler o tempo de aprender a ler) [...]”. (BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.135)

²⁹ SILVA, Francisco Ribeiro da. “Alfabetização no Antigo Regime. O caso do Porto e sua região (1580-1650)”. *Revista da Faculdade de Letras Porto*, 1986, n.3, p.141-158. e BARATA, Maria da Guia de Carvalho Pereira do Rio Vicente. *A caminho da homogeneização dos níveis de alfabetização e da criação de um mito*. Apud. VILLALTA. *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*. p.356.

³⁰ Baseando-se no trabalho de François Furet e Jacques Ozouf, intitulado *lire et écrire. L'alphabétisation des Français de Calvin...*, Certeau observou que as capacidades de ler e escrever “estiveram por muito tempo separadas no passado, até durante bom trecho do século XIX”, quando teriam sido unidas pela escola. (CERTEAU. *A invenção do cotidiano*. p.263)

³¹ SILVEIRA. *O universo do indistinto*. p.95.

³² ACSM. 2ª Offícia. Códice 224, Auto 5565. Ano 1798.

O registro do processo instaurado para a averiguação da autoria dos três pasquins que foram distribuídos em pontos estratégicos de Calambau, permite avançar um pouco mais quanto à difusão do conhecimento da escrita e da leitura em Minas.³³ Nessa ação judicial, os depoentes não se limitavam a assinar o próprio nome, mas também declaravam se leram ou não os pasquins, descreviam seu conteúdo e comparavam um exemplar desses a outros escritos do suposto autor. Trata-se, portanto, de um documento precioso, na medida em que permite constatar graus distintos de afinidade para com as letras.

Trinta pessoas testemunharam no caso dos pasquins, sendo que, dessas, quatorze eram homens brancos, onze pardos, três crioulos e um preto, e dois não tiveram a cor determinada. Deste conjunto, observou-se que totalidade dos brancos assinaram os nomes, o que também se deu entre aqueles que não tiveram a cor especificada. Quanto aos demais, assinaram os nomes 81,8% dos pardos e 25% entre crioulos e preto. No geral, 86,6% dos depoentes subscreveram o nome, o que é uma quantia alta, mas que não significa um “amplo” acesso ao aprendizado. Ressalte-se que a maioria dos depoentes que assinaram os nomes era de pessoas brancas, enquanto que, entre crioulos e preto, apenas um deixou seu autógrafo. Tal diferença sugere uma certa distribuição desigual do conhecimento das letras, mas que não chegava a representar um domínio exclusivo da elite branca, já que considerável foi o número de pardos que assinaram o nome, apesar de alguns, como Caetano P. Motta, não mostrarem tanta destreza ao fazê-lo.³⁴

Ao contrário de Caetano P. Motta, alguns depoentes possuíam mais intimidade com as letras do que a simples capacidade de subscrever o próprio nome. O carpinteiro José Silva Ribeiro, pardo de seus vinte e dois anos, reconheceu o “talho” do pasquim como de Raimundo Penafort, suspeito da autoria das sátiras.³⁵ Um músico pardo de Calambau de nome Luiz José da Costa, reconheceu Penafort

³³ ACSM. 2º Ofício. Códice 224, Auto 5565. Ano 1798.

³⁴ Corroborando com essa idéia, tem-se o caso, ainda que extremado, do escravo de nome Cosme Teixeira Pinto. Conforme Eduardo França Paiva, o escravo tentava pagar sua coartação com seu trabalho de “escrever nos cartórios (...) para o que tem inteligência”. O escravo, portanto, tinha ciência da escrita e ainda trabalhava em um cargo que, normalmente, era ocupado por um branco. (PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: ANNABLUME, 1995. p.84-85.)

³⁵ Curioso observar a opção de Silva Ribeiro por uma palavra própria do ofício de carpinteiro para designar o aspecto formal da escrita de Penafort. Escrever, para Silva Ribeiro, poderia se aproximar à esculpir.

³⁶ De fato, o próprio Raimundo Penafort declarou ser uma pessoa de pouco conhecimento nas artes da escrita. No Pasquim que escreveu, lê-se: “Mais de bons dias/ senhores que lerem/ não me botem fora/ deixe todos verem. Abata-se a soberba/ abata-se sim/ declaro-me agora/ me chamo pasquim. Eu quero falar, mas não posso dizer/ falta-me a inteligência/ para esta obra fazer. A obra vou fazer/ por esta ser obrigado/ quero agora dar principio/ para isso fui convidado. Valha-me a Virgem Maria/ valha-me a Santa Thereza/ o homem lendo este papel/ caia por baixo da mesa.” (ACSM. 2º Ofício, Códice 204, Auto 5102. Ano 1798 e ACSM. 2º Ofício. Códice 224, Auto 5565. Ano 1798.)

como culpado, "mesmo querendo mudar a letra".³⁶ Luiz dos Santos, homem branco que vivia em Calambau e ganhava a vida no ofício latoeiro, confirmou não só ter visto o pasquim, como também o ter lido. O carpinteiro Manoel Lopes Francisco, que era branco, disse que o pasquim que havia visto na igreja de Nossa Senhora do Rosário continha o mesmo que o pasquim que lhe foi apresentado no processo judicial. O mesmo foi dito por Manoel Gonçalves Vieira, "homem branco que vive de sua roça", que afirmou ter visto e lido as sátiras.³⁷

Manoel Vieira, Manoel Francisco, José Silva Ribeiro e outros demonstraram familiaridade com o "talho" do autor o qual, suspeitava-se, fosse o cacheiro viajante Raimundo Penafort. Alguns, no entanto, não confirmaram as suspeitas, alegando não se sentirem seguros quanto à semelhança da grafia do pasquim e os outros escritos de Penafort, ou por, simplesmente, desconhecerem a linguagem escrita. Este foi o caso de Francisco de Freitas Santos, pardo forro, que ignorava quem fizera as sátiras e que, "por não saber ler, nem escrever, não reconhecia as letras do pasquim".³⁸ Já a crioula forra Vicência Alvarez e Souza confirmou, em seu testemunho, os termos usados nos panfleto que veio a público. Vicência confirmou não porque soubesse ler, mas sim porque "lerão a ela", dando em seu depoimento claras mostras do importante papel desempenhado pela oralidade, bem como da sua relação com a linguagem escrita. Assim como Vicência, havia uma outra forra, de um total de quatro forros, que alegou não saber ler e não assinou seu nome. Os números sugerem que a grande maioria dos ex-escravos encontrava-se apartada das letras.

Dos quatro escravos forros que testemunharam, metade era composta por homens e a outra metade por mulheres. Estas, na condição de forras e mulheres, encontravam-se ainda mais afastadas do domínio das letras. Era de tal forma patente a exclusão das mulheres que, quando essas deixavam de assinar os nomes, se justificavam: "não assinou por ser mulher e não saber ler e escrever", como se o desconhecimento da escrita fosse próprio da condição feminina.³⁹ Não era para menos, afinal, acreditava-se que afastar as mulheres dos livros era uma forma de assegurar a integridade e a virtude das mesmas. Dizia-se que "o melhor livro da esposa era 'a almofada e o bastidor'".⁴⁰ Entre as quatro mulheres que apresentaram seus testemunhos, apenas uma, Joana de Jesus, mulher branca e casada com Manoel da Silva Durão, assinou o próprio nome.

³⁷ ACSM. 2º Ofício. Códice 224, Auto 5565. Ano 1798.

³⁸ ACSM. 2º Ofício. Códice 224, Auto 5565. Ano 1798.

³⁹ SILVEIRA. *O universo do indistinto*, p.95.

⁴⁰ A leitura de livros nefandos, como a estória lésbica de *Diana*, foi um dos motivos que levaram à acusação de Felipa de Souza e Paula de Sirqueira, conforme foi delatado ao visitador Heitor Furtado, em finais do século XVI, no Brasil. (VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p.126.)

Obviamente que deste número reduzido de casos pouco se pode inferir. Entrementes, em seu trabalho com inventários preservados em Mariana, Luiz Carlos Villalta constatou que em um universo de setenta e cinco mulheres, menos da metade deixou seu autógrafo, isto é, cerca de 44%.⁴¹ É possível que a maior parcela destas mulheres que possuía alguma instrução nas artes da escrita, tivesse uma boa condição social e a oportunidade de se instruir com parentes ou em instituições voltadas para o ensino de mulheres, como a reclusão de Macaúbas e a de Pernambuco. Nesses locais, ensinava-se às mulheres a leitura, a escrita, as operações básicas da matemática, a tabuada, e, não haveria de faltar, costura e bordado.⁴²

Apesar de pouco poder se concluir dos trinta testemunhos dados ao processo criminal destinado a apurar a autoria dos pasquins que circularam em Calambau, o registro desses depoimentos oferecem pequenos indícios que, cruzados com outros estudos, auxiliam a compor um quadro, ainda que obscuro, da distribuição do conhecimento das letras em meio à sociedade mineira.

Indícios que sugerem um domínio das letras superior entre os homens do que entre as mulheres, bem como uma difusão desigual do conhecimento da escrita entre os segmentos sociais, o que, no entanto, não implicava num exclusivismo por parte de uma elite branca. Assim como o carpinteiro e o músico pardos que depuseram no caso dos pasquins, outros trabalhadores que exerciam ofícios manuais poderiam ter ciência da escrita, o que seria útil em suas atividades. Não havia, portanto, um monopólio no domínio das letras, porém este era apanágio de uma minoria da população e, dentre eles, apenas uma parcela extremamente reduzida possuía livros e um efetivo domínio das letras, o que lhes conferia um certa distinção social, intrinsecamente associada ao par saber/poder.

Bibliografia

- ABREU, Marcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.
- ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Espelho de cem faces; o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro*. Belo Horizonte: Departamento de História da UFMG, 1999. (Dissertação, Mestrado em História)
- ARAÚJO, Emanuel. *Teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- ARAÚJO, Jorge de Souza. Perfil do leitor colonial. *Artes e literatura: Revista de Cultura e Vozes*, Petrópolis, n.4, p.439-457, jul./ago. 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁴¹ VILLALTA, O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. p.356.

⁴² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano no Brasil*. Lisboa: Estampa, 1993. p.24.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary del Priore. Brasília: UnB, 1994.
- CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na livraria do Cônego; como era Gonzaga?; e outros temas mineiros*. 2 ed. São Paulo: Itatiaia: Universidade de São Paulo, 1981.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo. ANNABLUME, 1996.
- GROVER, Mark L. "The book and the conquest: jesuit libraries in Colonial Brazil". *Libraries and Culture*, 28(3). Austin, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Brandão et al. 3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- LESAGE. *História de Gil Braz de Santilhana*. Trad. Júlio César Machado. Lisboa: Casa editora de David Corazzi, 1885. v. 1.
- MACHADO, Alcântara José de. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa: com a mais antiga documentação escrita conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. [s/l.] Editorial Confluência, 1952.
- MATTOSE, José (org.). *História de Portugal: o antigo regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v.4.
- NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: ANNABLUME, 1995.
- RIZZINI Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: com um breve estudo geral sobre a informação: 1500-1822*. São Paulo: Imesp, 1988.
- ROCHE, Daniel. *Les republicains des lettres: gens de culture et lumières au XVIII^e siècle*. França: Fayard, 1988.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Vida privada e cotidiano no Brasil*. Lisboa: Estampa, 1993.
- SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SOUZA, Laura de Mello. (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- VASCONCELOS, Diogo L. A. P. de. *História média de Minas Gerais*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. "Migração e Alfabetização em Mariana Colonial. In. CASTILHO, Ataliba T.(org.). *O Português no Brasil*. 2 vol. São Paulo: Humanitas. (no prelo)
- VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos nas Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.8, n.1/2, p.19-52. jan./dez., 1995.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Latina*. São Paulo: Departamento de História da USP, 1999. (Tese, Doutorado em História)